



ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DA EXPANSÃO URBANA NA REGIÃO SUL DE CAÇAPAVA DO SUL, RS

Anna Clara Morais Avelar Álvares, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa,
Campus Caçapava do Sul, Tamiris Martins Silva, discente de graduação, Universidade
Federal do Pampa, Campus Caçapava do Sul

Luiz Delfino Teixeira Albarnaz, docente, Universidade Federal do Pampa
Igor Magalhães Clemente, docente, Universidade Federal do Pampa

e-mail primeiro autor- annaalvares.aluno@unipampa.edu.br

A expansão urbana vem ocorrendo de forma acelerada e, na maioria dos casos, de modo irregular e ilegal. Estas áreas loteadas não possuem infraestrutura de saneamento básico o que trás por consequência a contaminação dos solos e drenagens com o escoamento sanitário e manejo incorreto de resíduos sólidos provenientes dessas ocupações. Além disso, a ocupação irregular geralmente tem início com o desmatamento de áreas que podem ser consideradas como Áreas de Preservação Permanente (APPs). Deste modo o objetivo deste estudo foi analisar os impactos atuais e futuros causados devido à expansão e ocupação irregular de uma área localizada na porção sul da área urbana da cidade de Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul, próximo a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), saída para o município de Lavras do Sul. O trabalho foi realizado ao longo de um perfil que tem aproximadamente 1,9 km de extensão, onde foram plotados e descritos 9 pontos. Observou-se que apesar da Lei Nº 4771/65 do Código Florestal estar em vigor, à mesma não está sendo obedecida, pois algumas porções das APPs foram ocupadas de forma irregular. Assim observou-se que houve o desmatamento destas áreas de APPs para a construção das casas, ruas e para o uso do solo para agricultura e pastagem. Além disto, observou-se o descarte incorreto de resíduos, sendo lançados, juntamente com esgoto, diretamente no solo e nas nascentes de drenagens, uma das quais abastece a barragem da CORSAN. A partir deste estudo pode-se concluir que a expansão urbana está cada vez mais acelerada na região sul da cidade de Caçapava do Sul e, associada à falta de fiscalização por parte dos órgãos públicos, trás um processo de impactos e degradação ambiental, os quais poderão ser irreversíveis. Desta forma a Lei Nº 4.771/65, a qual pressupõe a preservação e conservação do meio ambiente e principalmente das APPs, não está sendo cumprida, tanto pelos órgãos públicos, sendo este o principal agente de fiscalização, quanto pelo setor privado, que é representado pelos loteadores e construtores.

Agradecimentos: Unipama

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Preservação Ambiental; Poluição.